

Investigación en Información, Documentación y Sociedad

Perspectivas y tendencias

Volumen 2

**Aurora Cuevas-Cerveró
María Teresa Fernández-Bajón**

(coords.)

**Sonia Sánchez-Cuadrado
Elmira Simeão**

Aurora Cuevas Cerveró
Sonia-Sánchez-Cuadrado
M^a Teresa Fernández Bajón
Elmira Simeão
(Coordinadoras)

Investigación en Información, documentación y sociedad. Perspectivas y tendencias

VOLUMEN 2

MADRID
2017

© Los respectivos autores
© De la presente edición: Universidad Complutense de Madrid
Facultad de Ciencias de la Documentación <http://documentacion.ucm.es/>
Departamento de Biblioteconomía y Documentación
C/ Santísima Trinidad, 37.
28010 Madrid. España. 2017
ISBN: 978-84-617-6684-0

Diseño de portada: Pablo Parra Valero. UCM

Maquetación: Sonia Sánchez, Pablo Parra, Julián Ochoa, Mario Estudillo, Álvaro Gómez de Zamora y Brenda Siso



Los textos e imágenes publicados en esta obra están sujetos –excepto que se indique lo contrario– a una licencia de Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual (BY-NC-SA) v.3.0 España de Creative Commons. Por tanto, la obra se puede copiar, reproducir, distribuir, remezclar, transformar o comunicar públicamente en cualquier medio o formato, siempre que se cite al autor y a la fuente (UCM. Universidad Complutense de Madrid), y siempre que la obra derivada quede sujeta a la misma licencia y que se haga sin fines comerciales o ánimo de lucro. La licencia completa se puede consultar en: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/es/>

OS ALUNOS DO ENSINO A DISTÂNCIA À MARGEM DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS: NORMAS QUE EXCLUEM

Emir José Suaiden, Fabiane Nogueira Freitas

Universidade de Brasília

Resumo

Este trabalho compara as normas e instrumentos legais do ensino a distância com diretrizes específicas voltadas para bibliotecas universitárias que atendem este segmento. É apresentado, de forma breve, o atual contexto da educação a distância no Brasil. Após o aporte teórico foram expostas as normas e os instrumentos legais que impactam nas bibliotecas que atendem a EAD. Feito o levantamento documental, deu-se ênfase aos aspectos relacionados a avaliação destas unidades de informação. Expostos os itens nas normativas e instrumentos, foi feita a comparação com diretrizes específicas voltadas aos serviços de bibliotecas universitárias do ensino a distância, de autoria da Association of College and Research Libraries. O ensino a distância tem causado impactos consideráveis na educação tradicional, ainda mais agora, apoiado nas tecnologias da informação e comunicação. Hoje, já se configura em um caminho sem volta no segmento educacional. Por isso, as bibliotecas de instituições de nível superior precisam ter em foco também o atendimento das necessidades deste público em específico. Fornecendo, além do acervo digital e do meio de acesso ao acervo físico, serviços que facilitem o uso das informações presentes em seus ambientes. Mostrando-se estarem realmente preocupadas com esta realidade.

Palavra-chave: Bibliotecas Universitárias, Normas e Instrumentos Legais, Ensino a Distância

Abstract

This paper compares the rules and legal instruments of distance learning with specific guidelines aimed at university libraries that serve this segment. Is displayed briefly, the current context of distance education in Brazil. After the theoretical framework were exposed, the legal instruments that affect libraries on distance learning were show. Made the documentary survey, it was given emphasis on aspects related to evaluation of these information units. Exhibited items in regulations and instruments of evaluation, was make a comparison with specific guidelines oriented for services of university libraries of distance learning, written by the Association of College and Research Libraries. Distance learning has caused considerable impacts on traditional education, especially now, supported by information and communication technologies. Today, it has been set on a path of no return in the educational segment. Therefore, higher education institutions libraries need to be in focus also meet the needs of this audience in particular. Providing in addition to the digital collection and the means of access to physical assets, services that facilitate the use of information present in their environments. Showing up are really concerned about this reality.

Keywords: University Libraries, Legal Rules, Distance Learning

1. INTRODUÇÃO

Grande parte dos segmentos de nossa sociedade, se não todos os segmentos, vêm sendo impactados pelos avanços tecnológicos, de uma forma direta ou indireta. Na área educacional estas interferências têm acontecido de uma maneira significativa.

Para Peixoto e Araújo (2012), os processos educativos são influenciados pelas tecnologias de duas formas. A primeira é como um meio para o alcance de determinados objetivos didáticos e pedagógicos, ou seja, a tecnologia funciona como uma mediadora. A outra é a considerando como um elemento dos processos educacionais, responsável pela criação de novas perspectivas e formatos no segmento. Esta última proporciona o avanço e adapta o sistema educacional.

Segundo Belloni (2002, p.118), “pedagogia e tecnologia sempre andaram de mãos dadas”. O que evidencia a presença das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) como além de um insumo intermediário entre a educação e a sociedade. Assumindo um papel às TIC de agente deste ambiente, não somente como mediadora dos processos, mas como auxiliar nas transformações que se fazem necessárias no contexto atual.

O uso das TIC favorece transformações de ordem social, e, por consequência, na educação. Segundo Lévy (2007, p. 158) “devemos construir novos modelos do espaço dos conhecimentos”. O autor defende duas grandes alterações que estão ocorrendo no sistema de educação. Uma atrelada “ao reconhecimento das experiências adquiridas”, onde o aprendizado não ocorre mais somente em espaços como escolas e universidades.

A segunda é a educação a distância (EAD), relacionada a capacitação mais autônoma também. O que vem sendo propiciado de forma prodigiosa com o auxílio das TIC (Prete, 1998). De acordo com Lévy (2007), esta metodologia pode fornecer um novo tipo de pedagogia, na qual o docente perde o papel centralizador e ganha uma função de motivador da inteligência coletiva e capacitação pessoal.

Dentro da concepção da educação a distância e do uso de tecnologias e suportes para um aprendizado autônomo, este artigo irá apresentar um breve panorama do ensino a distância no Brasil e sua relação com as bibliotecas universitárias. Enfatizando o que diz respeito às normativas para as bibliotecas e como estas unidades se organizam, levando em consideração o norte dado por estes instrumentos.

1.1 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

A educação a distância teve seu surgimento como uma proposta de democratização no ensino (Araújo, 2014). Uma metodologia ainda mais interessante para países como o Brasil, com grandes diferenças socioeconômicas e regionais. Uma proposta que permite que a educação superior alcance locais inacessíveis pelo sistema de ensino superior presencial. Além de atender também alunos que precisam de mais autonomia em gerenciar seu tempo, conciliando vida profissional, pessoal e estudos.

No contexto atual, com o auxílio das TICs, a EAD tem se mostrado vantajosa como metodologia educacional. E, também, como de forma econômica às empresas que a disponibilizam em suas instituições (Araújo, 2014; Belloni, 2002). É o que mostra o último Censo da Educação a Distância no Brasil, produzido pela Associação Brasileira de Educação a Distância (2015). Este censo registrou um número de 3.868.706 matrículas efetuadas em cursos a distância no ano de 2014, no Brasil.

A maior parte das instituições afirmou que as matrículas aumentaram nos cursos de caráter totalmente a distância neste último levantamento. Os investimentos realizados para os cursos e estudantes também cresceram. Apenas 10% do total de instituições respondentes afirmaram terem os lucros diminuídos

(Associação Brasileira de Educação a Distância, 2015). Um cenário que se delinea positivo, mesmo na atual conjuntura de acentuada crise econômica no país.

Entretanto, mesmo com este panorama positivo para a EAD, esta metodologia ainda enfrenta grandes dificuldades no Brasil. Entre elas, vale ressaltar: a resistência dos educadores à modalidade; os desafios das instituições que oferecem o ensino presencial e passam a oferecer a EAD; e o alto índice de evasão dos estudantes (Associação Brasileira de Educação a Distância, 2015).

Quanto a evasão dos estudantes, de acordo com a Associação Brasileira de Educação a Distância (2015), são índices que ficam em torno de 25% na maior parte das organizações. Entre os motivos mais elencados estão a falta de tempo para o estudo e a não adaptação à metodologia.

A baixa qualidade na educação básica brasileira pode ser um dos motivos que geram a evasão por falta de adaptação ao método a distância. De acordo com o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), em uma avaliação realizada com estudantes com 15 anos de idade, o Brasil ficou na 58ª posição em um ranking de 64 países (Empresa Brasil de Comunicação, 2016).

As diferenças regionais e a baixa qualidade da educação básica podem interferir no desenvolvimento dos alunos em fases futuras. O que pode influenciar na evasão por falta de adaptação à metodologia a distância. Pois, neste método o aluno precisa ser mais autônomo que no presencial. O que implica em saber fazer um uso ótimo e mais independente das tecnologias de informação e dos objetos de aprendizagem. Tornando ainda mais dificultoso quando o estudante adentra o ensino superior já possuindo defasagens oriundas da educação básica.

A partir desta realidade, a biblioteca universitária possui um papel fundamental de auxílio aos estudantes da EAD. Devido ao seu caráter de unidade mediadora da cultura, pode ser empregada como peça estratégica para diminuir os problemas com o acesso igualitário à informação, o uso das novas tecnologias e a capacitação em informação (Cunha, 2010). O que permite maior segurança e independência aos discentes que precisam participar de uma metodologia na qual o aprendizado ocorre de forma mais autônoma.

2. METODOLOGIA

No Brasil, o Ministério da Educação (MEC) é o órgão responsável pela regulação e supervisão das instituições de ensino superior (IES). Atividade conduzida por meio da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) (Ministério da Educação do Brasil, 2016).

É importante que o profissional da informação, inserido no nível superior, tenha conhecimento acerca das legislações que impactam este segmento. Já para os que atendem estudantes da educação a distância, também é preciso entender as peculiaridades desta modalidade.

Este trabalho propõe identificar, por meio de um levantamento documental realizado nas normas e instrumentos para o ensino superior, os aspectos que interferem na condução das bibliotecas universitárias. Afim de observar se os pontos referentes a adequação destas instituições ao público do ensino a distância, estão contemplados de forma satisfatória por estas normas e instrumentos.

As IES são avaliadas nos momentos de credenciamento e reconhecimentos institucionais. Porém, também são avaliadas nos períodos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cada um de seus cursos (Presidência da República do Brasil, 2004). Em todos estes momentos também se insere a avaliação de suas respectivas bibliotecas universitárias, das quais compõem parte do conceito obtido pelo curso ou instituição.

Para elencar os aspectos sobre bibliotecas no ensino a distância dentro das normas e instrumentos de avaliação, foram organizados quadros apresentados a seguir neste artigo. Após a exposição dos aspectos citados nos quadros, propõe-se comparações entre eles e as diretrizes para bibliotecas que prestam serviços para o ensino a distância, da Association of College and Research Libraries (ACRL).

Primeiramente, serão apresentadas nas normas os aspectos referentes ao ensino a distância e bibliotecas no Quadro 1.

| LEGISLAÇÃO NORMA | ABRANGÊNCIA | ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE EAD E BIBLIOTECAS |
|---|---|--|
| Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. | Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. | O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. |
| Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. | Decreto sobre o ensino a distância | Define a EAD como: modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. |
| Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 | Regulação, supervisão e avaliação de instituições de IES e cursos. | O desenvolvimento institucional deverá contemplar, no quesito infraestrutura, os seguintes aspectos quanto à biblioteca: acervo de livros, periódicos acadêmicos e científicos e assinaturas de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários e enciclopédias, formas de atualização e expansão, identificado sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; vídeos, DVD, CD, CD-ROMS e assinaturas eletrônicas; espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico administrativo e serviços oferecidos. |
| Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007 | Altera dispositivos dos Decretos nºs 5.622 e 5.773. | Necessidade de implantação e funcionamento de pólos de apoio presencial para a realização de atividades do ensino a distância. O que contempla bibliotecas físicas nestes pólos. |
| Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 | Institui o e-MEC. | Após a autorização do curso, a instituição compromete-se a: Manter em página eletrônica própria, e também, na biblioteca: descrição da biblioteca quanto ao seu acervo de livros e periódicos, política de atualização e informatização, área física disponível e formas de acesso e utilização. |
| Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 | Institui o SINAES ¹ . | A avaliação das instituições deverá considerar a: infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação. |
| Resolução nº 1 2016 CNE/CES | Diretrizes e Normas Nacionais para a Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância. | A distinção entre pólos será especialmente considerada a partir dos modelos tecnológicos e digitais adotados pela IES, destinados ao aprendizado. Compreendendo níveis diferenciados de atividades, virtual ou eletrônica, aplicados aos processos de ensino e aprendizagem, tipificação e natureza do acervo da biblioteca e dos equipamentos dos laboratórios, conteúdo pedagógico, materiais didático e de apoio e interatividade entre professores, tutores e discentes. |

QUADRO 1 NORMATIVAS PARA INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: ASPECTOS IMPORTANTES NO CONTEXTO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NO ENSINO A DISTÂNCIA FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES A PARTIR DAS NORMAS ELENCADAS

Além das normas, de abrangência nacional, a EAD é regida por uma série de instrumentos de avaliação, do qual podemos elencá-los conforme suas respectivas finalidades. Credenciamento institucional, reconhecimento institucional, credenciamento de pólo de apoio presencial, autorização de cursos, reconhecimento de cursos e renovação de conhecimento de cursos.

¹ Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

Serão apresentados os aspectos que impactam as bibliotecas nos instrumentos referentes a avaliação de instituições de nível superior com cursos no ensino a distância, no Quadro 2.

| INSTRUMENTO | OBSERVAÇÃO DO INSTRUMENTO QUANTO ÀS BIBLIOTECAS |
|---|--|
| Instrumento de credenciamento institucional para oferta da modalidade de educação a distância | <p>As instituições deverão ter:</p> <p>Corpo técnico administrativo para atuar na gestão das bibliotecas dos pólos de apoio presencial;</p> <p>Gerenciamento central das bibliotecas dos pólos de apoio presencial e manipulação dos respectivos acervos;</p> <p>Informatização do sistema de bibliotecas;</p> <p>Política de aquisição, expansão e atualização do acervo das bibliotecas dos pólos de apoio presencial.</p> |
| Credenciamento de pólo de apoio presencial para educação a distância. | <p>As bibliotecas das instituições deverão ter:</p> <p>Infraestrutura geral (instalações para o acervo e funcionamento);</p> <p>Recursos humanos disponíveis;</p> <p>Biblioteca Virtual.</p> |
| Instrumento de avaliação para credenciamento de instituição de educação superior | <p>As bibliotecas das instituições deverão ter:</p> <p>Infraestrutura geral (instalações para o acervo e funcionamento);</p> <p>Informatização;</p> <p>Possuir política de aquisição, expansão e atualização do acervo</p> |
| Instrumento de avaliação institucional externa (utilizado para o ensino presencial e EAD) | <p>As instituições deverão ter:</p> <p>Biblioteca com acervo, serviços² e espaço físicos (deverão estar instaladas também nos pólos para educação a distância).</p> |
| Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância | <p>As instituições deverão atender:</p> <p>Material didático institucional para cursos a distância. Este material didático institucional previsto/implantado, disponibilizado aos estudantes, deve considerar os aspectos de abrangência, acessibilidade, bibliografia adequada às exigências da formação, aprofundamento e coerência teórica.</p> <p>Disponibilizar a bibliografia básica e complementar dos cursos, além de periódicos especializados da área do curso;</p> <p>Possibilitar que as Tecnologias de Informação e Comunicação implantadas no processo de ensino-aprendizagem permitam, de maneira excelente, a execução do projeto pedagógico do curso e a garantia da acessibilidade e de domínio.</p> |
| Formulário de Verificação in loco das condições institucionais (Para uso dos Consultores ad hoc da SESU/MEC) | <p>Situação do acervo de livros e periódicos, imagens, áudio, vídeos, sites na Internet, bem como, laboratórios, bibliotecas e museus virtuais e outros recursos que a informática torna disponíveis.</p> |

QUADRO 2 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO: ASPECTOS IMPORTANTES NO CONTEXTO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NO ENSINO A DISTÂNCIA FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES A PARTIR DOS INSTRUMENTOS ELENCADOS

² De acordo com o próprio instrumento de avaliação institucional externa, os serviços da biblioteca englobam: sistema de informatização, reservas de livros pela Internet, empréstimo domiciliar, cópias de documentos internamente na IES*, oferta de serviço de comutação bibliográfica no país e no exterior e outros

Identificados os aspectos referentes às bibliotecas universitárias nestes instrumentos e normas, surgem alguns questionamentos. Será que os aspectos considerados nestes documentos levantados, prezam um atendimento ótimo aos discentes do ensino a distância. Para então verificar esta indagação, foram utilizadas as diretrizes para serviços de bibliotecas no ensino a distância da Association of College and Research Libraries (ACRL).

Estas diretrizes levam em consideração o que uma biblioteca universitária deve dispor para bem atender sua comunidade acadêmica. A partir deste norte, será verificado o que é contemplado, o que não é considerado e ou que é pouco abordado nos instrumentos e normas identificados nos quadros acima.

A ACRL é uma renomada instituição internacional, que pertence a American Library Association (ALA), voltada para as bibliotecas no ensino superior. Representa mais de 11.000 entidades espalhadas pelo mundo. Desenvolve serviços para auxiliar os bibliotecários dentro do contexto das comunidades acadêmicas, desenvolvendo orientações úteis para a área (Association of College and Research Libraries, 2016a).

Em 2008 foi desenvolvido pela ACRL o Standards for Distance Learning Library Services, documento revisado em junho de 2016. Este documento possui diretrizes que foram criadas com o intuito de orientar as bibliotecas a prover serviços e recursos a sua comunidade. Isto, de forma a atender os usuários do ensino a distância com a mesma qualidade com que atendem aos usuários presencialmente (Association of College and Research Libraries, 2016b). Por isso, este material foi escolhido como norte para elucidar aspectos nas normas e instrumentos brasileiros apresentados nos quadros anteriores.

O texto da ACRL foi dividido em três partes: a primeira apresenta de uma forma geral os conceitos adotados nas diretrizes. A segunda apresenta as exigências fundamentais para as bibliotecas no ensino a distância. A terceira, os requisitos específicos. Para a comparação entre as diretrizes, normas e instrumentos brasileiros não nos ateremos à parte 1, cujo o caráter é mais explicativo e conceitual.

Quanto às exigências fundamentais, primeiramente foram elencadas algumas de nível institucional. Estas são relacionadas ao suporte que a instituição precisa fornecer para que a biblioteca atenda o segmento de EAD. São estes: apoio financeiro; investimentos adicionais específicos para EAD; infraestrutura técnica; acordos com as unidades de apoio nas localidades dos alunos; atendimento a normas e diretrizes do ensino a distância.

Ainda sobre as exigências fundamentais relacionadas diretamente às bibliotecas, consta:

1. disponibilidade física e digital a todos os seus usuários, integrada aos objetivos dos programas de cursos, preocupando-se em atender também os usuários com necessidades especiais;
2. dispor de recursos e serviços que possibilitem o desenvolvimento de competências acadêmicas que promovam a excelência dentro da instituição;
3. acesso humano direto aos colaboradores da unidade, mesmo que remotamente, de forma a possibilitar a promoção dos serviços e recursos da biblioteca;
4. prover competências digitais e em informação aos usuários;
5. incluir ao plano estratégico geral da bibliotecas aspectos específicos para o ensino a distância;
6. avaliação frequente dos aspectos relacionados ao ensino a distância, de forma a considerar as especificidades desta metodologia. Como a maior ligação às tecnologias, a competência em informação, serviços de consórcio e a promoção de inovações, para que haja um atendimento eficaz a este público.

Em relação às exigências específicas, e que ainda não foram abordadas nas diretrizes tidas como fundamentais, cabe ressaltar:

1. importância da instituição mantenedora fornecer recursos financeiros para que a biblioteca conduza adequadamente os serviços voltados a EAD;
2. formação para os profissionais que desejam pesquisar o assunto a nível de especialização na área de biblioteconomia e ciência da informação;
3. inserção das demandas do ensino a distância a nível gerencial (planejamento, execução e avaliação da biblioteca);
4. práticas constantes de estudo dos usuários;
5. preocupações específicas com o desenvolvimento do acervo. Provendo informações em papel e meio digital;
6. participação do bibliotecário no planejamento dos cursos do ensino a distância, dando apoio ao trabalho de ensino;
7. acompanhar as possíveis mudanças na metodologia;
8. adequar às demandas oriundas da globalização, principalmente a questão ao atendimento de pessoas de culturas distintas;
9. instalações e equipamentos adequados, tanto no sentido de estrutura física (como bibliotecas conveniadas ou da própria instituição) na localidade dos alunos, como o fornecimento de equipamentos que permitam o acesso digital;
10. inserir nas normas e documentos da biblioteca da instituição de origem as especificidades para o ensino a distância.

3. RESULTADO

Após verificar os principais pontos das diretrizes da ACRL, percebe-se que há a contemplação de alguns aspectos consideráveis pelas normas e instrumentos de avaliação no Brasil, orientados para bibliotecas no ensino a distância. Entretanto, há pontos importantes que precisam ser melhor considerados.

No que tange às exigências fundamentais das diretrizes, no fragmento relacionado a instituição, verifica-se a presença de itens sobre a infraestrutura técnica. Como as unidades físicas de apoio nas localidades dos alunos, atendidas por meio dos pólos de ensino presencial. Ainda sobre o apoio institucional, não há nas normas ou instrumentos, itens sobre a contribuição financeira e investimentos adicionais específicos para bibliotecas na EAD.

Em relação aos aspectos da biblioteca, ainda nas exigências fundamentais, a acessibilidade física é contemplada em normas específicas, preocupando-se com os pólos, para que o acesso humano direto seja possível. Entretanto, quanto a acessibilidade digital, são consideradas as TIC no processo de ensino-aprendizagem, porém a usabilidade destes recursos é pouco ressaltada. O que pode ocasionar prejuízos quanto ao acesso humano por meio remoto, ou das TIC.

As diretrizes propõe a integração da EAD ao plano estratégico institucional e da biblioteca, propondo ações para o desenvolvimento de competências em informação dos estudantes. O que é imprescindível para o acesso e uso dos recursos da biblioteca. Porém, não são abordados nos instrumentos e normas brasileiros, aspectos sobre competência em informação.

Nas exigências específicas, as diretrizes preocupam-se inclusive com a capacitação dos profissionais da biblioteca, e ressaltam a importância de especializações para o atendimento na área. Algo que com certeza auxilia no acompanhamento dos avanços da metodologia por meio da biblioteca, porém também não foi abordado.

Destaca-se nas orientações da ACRL, a necessidade dos constantes estudos dos usuários para tomada de decisão. Além da participação do bibliotecário nas ações de planejamento de cursos. Nada disso foi identificado nos instrumentos ou normas do Brasil.

Entretanto, no sentido da estrutura física e disponibilização de acervos, as normas e instrumentos se mostram preocupadas. Especificando inclusive a quantidade ideal de materiais, tipos de suporte e detalhes sobre o ambiente físico.

4. CONCLUSÃO

A análise dos meios formais nos permite compreender como as bibliotecas se estruturam para atender seu público. Neste artigo, com base nas normativas e instrumentos legais, tenta-se compreender a organização de bibliotecas voltadas aos discentes do ensino a distância. Já que há, na realidade brasileira, um sistema de avaliação que verifica em aspectos e momentos distintos a condução das instituições de nível superior. Do qual, este trabalho, ateu-se aos assuntos referentes à condução das bibliotecas na educação superior a distância.

Conforme Pinheiro (2013), o Brasil teve um desenvolvimento de sua ciência muito embasado nas universidades, onde está a maior parte da produção científica nacional. Hoje, é preciso formar alunos autônomos, com uma metodologia focada nos discentes e não nos docentes, para que o aprendizado se torne mais duradouro. Agregando conhecimentos que os incluam socialmente.

Alguns alunos adentram o ensino superior sem um contato prévio com ferramentas digitais voltadas para a área educacional e/ou não possuem um grau de conhecimento necessário para participar de um método de aprendizagem mais independente, como o ensino a distância. Para que os alunos possam alcançar um nível de resolução de problemas e estejam preparados em momentos de surgimento de crises, é necessário equipá-los das informações e conhecimentos necessários (Kuhn, 1998).

Não se pode pensar somente na tecnologia e acervos a serem utilizados, é preciso ter em foco que a meta principal é o aprendizado. A disponibilização de acervos e ferramentas de tecnologia da informação e comunicação não são suficientes para que a biblioteca consiga atender o público de EAD da forma ideal.

Nas normas e instrumentos verifica-se a importância dada às questões relativas aos acervos e infraestrutura, deixando desapercibidos aspectos como a capacitação dos usuários e a posição estratégica das bibliotecas no planejamento da instituição. Questões imprescindíveis também para um bom funcionamento das unidades de informação. Pontos que precisam ser melhor considerados e ressaltados por estas normas e instrumentos legais.

Como os estudantes da graduação já chegam, muitas vezes, com uma defasagem quanto ao manejo da informação e suas tecnologias, cabe a universidade desenvolver práticas que possam promover o preenchimento dessas lacunas. Dentro deste contexto, as bibliotecas universitárias têm a preocupação de auxiliar os seus usuários no manejo da informação, ou seja, na promoção de competências em informação. Para a EAD este é um requisito ainda mais fundamental, já que seus alunos necessitam de uma maior autonomia, sendo aptos a aprender de forma mais independente.

Conforme exposto no artigo, os instrumentos de avaliação institucional consideram os serviços da biblioteca como: sistema de informatização, reservas de livros pela Internet, empréstimo domiciliar,

cópias de documentos, oferta de serviço de comutação bibliográfica. Evidenciando-se a falta de propostas voltadas ao uso autônomo das tecnologias, a competência em informação e a promoção de inovações.

Sem ações como as suscitadas pelas diretrizes, as bibliotecas universitárias deixam de ser instrumentos de promoção da educação, tornando-se apenas local para depósito de conteúdos e uso de espaços para estudo. Para possibilitar que as Tecnologias de Informação e Comunicação, implantadas no processo de ensino-aprendizagem, permitam, de maneira excelente, a execução do projeto pedagógico do curso e a garantia da acessibilidade e de domínio, é preciso dar condições para o seu uso por parte da comunidade acadêmica.

Para que a sociedade brasileira torne-se mais igualitária é necessário que o governo invista principalmente na educação. Pois, como diz Demo (2007), a educação é uma condição básica para se conceber e criar oportunidades. Dentro desse cenário, as bibliotecas precisam ser peças centrais no plano estratégico institucional, sendo vistas além de acervo e espaço físico, mas, principalmente, pelo potencial dos serviços que oferecem a comunidade na qual estão inseridas.

5. REFERÊNCIAS

- Araújo, S. (2014). *Cultura informacional e as representações sociais no ensino superior a distância: conceitos, práticas e repercussões*. Curitiba: Appris.
- Associação Brasileira de Educação a Distância (2015). *Censo EAD.BR: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2014*. [online]. Curitiba: Ibpex. Disponível em: http://www.abed.org.br/censoead2014/CensoEAD2014_portugues.pdf [Acessado 26 jun. 2015].
- Association of College and Research Libraries (2016). *About ACRL*. [online]. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/aboutacrl> [Acessado 29 ago. 2016a].
- Association of College and Research Libraries (2016). *Standards for Distance Learning Library Services*. [online]. (Last updated 2016). Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/standards/guidelinesdistancelearning> [Acessado 29 ago. 2016b].
- Belloni, M. (2002). *Ensaio sobre a educação a distância no Brasil*. *Educação & sociedade*, Volume 23 (78), p. 117-142.
- Cunha, M. *A biblioteca universitária na encruzilhada*. *Datagrama zero*, Volume 11 (6). Disponível em: http://www.dgz.org.br/dez10/Art_07.htm [Acessado 10 jul. 2014].
- Demo, P (2007). *Educação e qualidade*. 11ª ed. Campinas: Papyrus.
- Empresa Brasil de Comunicação (2016). *Brasil está entre os piores no ranking de conhecimentos básicos da OCDE*. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/educacao/2016/02/brasil-esta-entre-os-piores-no-ranking-de-conhecimentos-basicos-da-ocde> [Acessado 26 jun. 2016].
- Kuhn, T. (1998). *A estrutura das revoluções científicas*. 5ª ed. São Paulo, Perspectivas.
- Lévy, P.(2007). *Cibercultura*. 2ª ed. São Paulo: Ed. 34.
- Ministério da Educação do Brasil (2016). *Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres)*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/apresentacao> [Acessado 27 jun. 2016].

Peixoto, J. e Araújo, C. (2012). Tecnologia e educação: algumas considerações sobre o discurso pedagógico contemporâneo. *Educação & Sociedade*, Volume. 33 (118), p. 253-268. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87322726016> [Acessado 26 jun. 2016].

Pinheiro, L. (2013). Fronteiras e horizontes da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil. In: Albagli, S. *Fronteiras da Ciência da Informação*. Brasília: IBICT, pp. 9-35.

Presidência da República do Brasil (2004). Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm [Acessado 27 jun. 2016].

Preti, O (1998). Educação a distância e globalização: desafios e tendências. *R. bras. Est. Pedag.*, 79 (191), p.19-30. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/223/227> [Acessado em: 20 abril 2016].